

RECURSO ESPECIAL Nº 1.793.595 - RO (2019/0019291-6)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
RECORRENTE : JADSON JAIME LOBO PINHEIRO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
RECORRIDO : GIZELE GABRIELA CHAGAS BERNARDES MARTINS
ADVOGADOS : VALNEI GOMES DA CRUZ ROCHA - RO002479
DENISE GONÇALVES DA CRUZ ROCHA E OUTRO(S) -
RO001996

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. CPC/15. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. DENUNCIÇÃO DA LIDE DO MUNICÍPIO. PRECLUSÃO. AUSÊNCIA DE PEDIDO NO PRAZO DA CONTESTAÇÃO. ART. 71 DO CPC/73. PRETENSÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE A TERCEIRO. NÃO CABIMENTO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL OU CONTRATUAL DE GARANTIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto por JADSON JAIME LOBO PINHEIRO em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia assim ementado:

Acidente de Trânsito. Responsabilidade civil. Conjunto fático probatório suficiente. Veículo que invade a via preferencial. Dano material. Dano moral.

Os embargos de declaração foram acolhidos.

No recurso especial, o recorrente aponta, além de dissídio jurisprudencial, ofensa ao art. 125, II, do CPC, defendendo a necessidade de denúncia à lide do município de Porto Velho, por entender que (a) a ausência de sinalização da via pública foi fator determinante para a ocorrência do acidente de trânsito; e (b) "deveria, no caso, ser considerada a ausência de culpa por parte do recorrente retirando a condenação que recai sobre esta, uma vez mover ação regressiva em outra demanda causaria danos concretos

ao recorrente, ainda mais por se tratar de fato cuja culpa não lhe cabe, mas tão somente ao município".

Contrarrazões às e-STJ Fls. 190-193.

É o relatório.

Passo a decidir.

O recurso especial não merece prosperar.

Para melhor compreensão da controvérsia, é preciso detalhar alguns aspectos da causa.

Colhe-se dos autos que a ora recorrida ajuizou *"ação de indenização por danos materiais e morais decorrentes de acidente de trânsito"* alegando, em síntese, que o ora recorrente, *"por ato de imprudência e inobservância da legislação de trânsito brasileira, não deu a preferência para a condutora do veículo que vinha à sua direita, causando o abalroamento, resultando nos danos morais e materiais de considerável monta ao veículo da requerente"*.

Na peça contestatória, o recorrente se limitou a sustentar que (a) *"estava dirigindo em baixa velocidade, caso contrário o acidente teria proporções maiores, pois como podemos notar através das fotografias, anexas, o requerido parou imediatamente quando colidiu de raspão no carro da requerente que estava dirigindo em alta velocidade, motivo pelo qual teve dificuldades em para o veículo"* e (b) *"sem prova de culpa, ou havendo dúvida sobre ela, não tem o que se ressarcir"*.

O juízo de 1º grau julgou improcedentes os pedidos.

O Tribunal de origem deu provimento à apelação da recorrida para julgar procedente o pedido de ressarcimento dos danos materiais, por entender que *"o conjunto fático-probatório dos autos é suficiente para que se conclua que o acidente foi ocasionado por culpa exclusiva do apelado, que teve uma conduta inadequada ao deslocar-se para a via principal, sem a cautela necessária, invadindo a preferência da apelante ainda que esta estivesse em velocidade incompatível para a via, o que, repise-se, não foi demonstrado"*.

Em sede de embargos de declaração, o recorrente apontou omissão

quanto à *"tese arguida em apelação, a saber: denunciação da lide do Município pela ausência de sinalização no cruzamento onde ocorreu o acidente de trânsito"*.

Rejeitados os embargos de declaração, o recorrente interpôs recurso especial alegando violação ao art. 1.022, II, do CPC, ao qual foi dado provimento pela decisão de e-STJ Fls. 149-151 (REsp 1.692.266/RO).

Como se vê, havia uma questão preliminar que passou despercebida pela decisão que deu provimento ao recurso especial anterior.

Como se sabe, a denunciação da lide é uma intervenção de terceiro provocada em que o terceiro é chamado a integrar o processo, sendo-lhe dirigida uma nova demanda no mesmo processo.

À luz da legislação processual vigente à época do ajuizamento da ação (CPC/73), o professor Fredie Didier Jr., no que importa, lecionava o seguinte:

A denunciação é demanda nova em processo já existente; pela denunciação não se forma processo novo. É, pois, um incidente do processo. Trata-se de hipótese de ampliação objetiva ulterior do processo. A sentença disporá sobre a relação jurídica entre a parte e o denunciante, e entre este e o denunciado (sentença formalmente una e objetivamente complexa), sob pena de ser considerada citra petita.
(...)

Finalmente, é demanda antecipada: o denunciante se antecipa e, antes de sofrer qualquer prejuízo e para a hipótese de vir a sofrê-lo, demanda proposta em face de terceiro, com o objetivo de imputar-lhe a responsabilidade pelo ressarcimento. Normalmente, seria caso de demanda sem interesse de agir, pois o demandante ainda não sofreu qualquer prejuízo; mas por uma questão de economia processual, permite-se a antecipação da demanda, atribuindo-lhe, porém, a natureza eventual. Sintetiza Barbosa Moreira: a denunciação da lide consiste "em verdadeira propositura de uma ação de regresso antecipada, para a eventualidade da sucumbência do denunciante".'

Denunciar a lide a alguém não é senão trazer esse alguém para o processo, por força de garantia prestada, ou em razão de direito regressivo existente em face dessa pessoa;

aproveita o denunciante do mesmo processo para exercer a ação de garantia ou a ação de regresso em face do denunciado; visa, pois, a dois objetivos: vincular o terceiro ao quanto decidido na causa e a condenação do denunciado à indenização.

(Curso de Direito Processual Civil. V. 1. 13ª ed. Salvador: JusPodivm. 2011, p. 372)

Na hipótese em que o pedido de denunciação da lide é formulado pelo réu, prossegue o professor Fredie Didier Jr. esclarecendo que, "*quando quem se alega titular da pretensão regressiva for o réu, deverá ele oferecer a denunciação e requerer a citação do denunciado no mesmo prazo de que dispõe para contestar a ação principal, isso sem prejuízo de oferecer, desde logo, sua resposta ao pedido do demandante*".

Era o que dispunha expressamente o art. 71 do CPC/73:

Art. 71. *A citação do denunciado será requerida, juntamente com a do réu, se o denunciante for o autor; e, no prazo para contestar, se o denunciante for o réu.*

Conforme já exposto, da leitura dos autos verifica-se, com facilidade, que o ora recorrente não requereu a citação do município de Porto Velho para ingressar na demanda na qualidade de litisdenunciado no prazo que dispunha para contestar.

Nesse cenário, conclui-se que o pedido de denunciação da lide formulado tão-somente quando da oposição dos embargos de declaração encontrava-se precluso e sequer haveria omissão a ser sanada.

De qualquer sorte, convém destacar que, também no mérito, o pedido careceria de amparo legal.

Infere-se das razões recursais que a real pretensão do recorrente é a de se eximir da responsabilidade pelo acidente de trânsito, atribuindo a culpa pelo evento exclusivamente a terceiro, no caso, o município de Porto Velho.

É o que se extrai do seguinte excerto do recurso especial (e-STJ Fl. 180):

Deste modo, imprescindível afastar a culpa na modalidade imprudência do Embargante e vislumbrar o

*verdadeiro culpado, responsável pela omissão na
sinalização das vias, o Município de Porto Velho.*

Vale lembrar que "*somente é possível a denunciação da lide nos casos em que haja previsão legal ou contratual para que o denunciado, em regresso, indenize o denunciante, caso venha este a sair vencido no processo, nos termos do artigo 70, III, do revogado Código de Processo Civil. Outrossim, o mencionado instituto não serve para a transferência de responsabilidade ao terceiro denunciado*" (AgInt no AREsp 723.181/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 23/08/2016, DJe 31/08/2016.)

Cita-se, ainda:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DENUNCIÇÃO DA LIDE. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL OU CONTRATUAL. PRETENSÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE A TERCEIRO. NÃO CABIMENTO. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. NÃO IMPUGNAÇÃO. INCIDÊNCIA DO VERBETE 283 DA SÚMULA/STF. ENTENDIMENTO ADOTADO NESTA CORTE. VERBETE 83 DA SÚMULA DO STJ. NÃO PROVIMENTO.

1. Somente é possível a denunciação da lide nos casos em que haja previsão legal ou contratual.

2. Descabida a denunciação quando há unicamente a pretensão de transferir responsabilidade própria a terceiro.

3. As razões elencadas pelo Tribunal de origem não foram devidamente impugnadas. Incidência do enunciado 283 da Súmula/STF.

4. O Tribunal de origem julgou nos moldes da jurisprudência pacífica desta Corte. Incidente, portanto, o enunciado 83 da Súmula do STJ.

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1288512/PE, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 28/09/2015)

Responsabilidade civil. Acidente pelo deslocamento de paralelepípedo. Denunciação à lide. Art. 70, III, do Código de Processo Civil. Precedentes da Corte.

1. Não cabe a denunciação quando se pretende, pura e

simplesmente, transferir responsabilidades pelo evento danoso, não sendo a denúncia obrigatória nos casos do inciso III do art. 70 do Código de Processo Civil, na linha da jurisprudência da Corte.

2. Recurso especial não conhecido.

(REsp 302.205/RJ, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/10/2001, DJ 04/02/2002, p. 351)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO DE VIDA E INVALIDEZ. INTERMEDIADOR. LEGITIMIDADE PASSIVA. POSSIBILIDADE. DENÚNCIAÇÃO. LIDE. ATRIBUIÇÃO. RESPONSABILIDADE. TERCEIRO. INADMISSIBILIDADE. IMPROVIMENTO.

I. O agente que intermedeia a contratação de seguro é parte legítima para figurar na ação de cobrança da indenização securitária se, com seu comportamento, faz crer ao contratante que é responsável pela cobertura.

II. É inadmissível a denúncia da lide, com fundamento no artigo 70, III, do Código de Processo Civil, se busca o denunciante eximir-se da responsabilidade pelo fato e atribuí-la a terceiro.

III. Recurso especial conhecido em parte e desprovido.

(REsp 1041037/DF, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 02/09/2010, DJe 17/09/2010)

Como se não bastasse, não existe previsão legal ou prova da existência de contrato que assegure ao recorrente o direito de ser ressarcido regressivamente pelo município.

Segundo preleciona Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery, ao comentarem o art. 70, III, do CPC/73 (art. 125, II, do CPC/15), a denúncia da lide tem aplicação apenas nos casos de ação de garantia, e não nas de simples ação de regresso.

13. Ação de garantia. A denúncia, na hipótese do CPC 70 III, restringe-se às ações de garantia, isto é, àquelas em que se discute a obrigação legal ou contratual do denunciado em garantir o resultado da demanda, indenizando o garantido em caso de derrota. Daí não ser admissível a denúncia da lide, quando nela se introduzir fundamento novo, estranho à lide principal. Exemplo dessa inadmissibilidade é a denúncia da

lide, pela administração, ao funcionário que agiu com dolo ou culpa (responsabilidade subjetiva), quando a denunciante é demandada pelo risco administrativo (responsabilidade objetiva). O CPC 70 III é hipótese de garantia própria. Neste sentido: Greco. DPCB, v. 1, pp. 150/151; idem. Just., 94/13; Sanches. Denúnciação, 121. (Código de Processo Civil Comentado e Legislação Extravagante, 9ª ed., São Paulo: RT, 2006, p. 246).

Desse modo, por onde quer que se analise a questão, a pretensão recursal não merece qualquer amparo.

Por fim, o recurso especial interposto pela alínea c do permissivo constitucional não pode ser conhecido.

O dissídio jurisprudencial não foi comprovado conforme estabelecido nos arts. 1.029, § 1º, do CPC e 255, § 1º, do RISTJ.

Com efeito, é indispensável que o recorrente transcreva os trechos aptos a demonstrar que o aresto paradigma tenha apreciado matéria idêntica à dos autos, à luz da mesma legislação federal analisada pelo acórdão recorrido, dando-lhe solução distinta para que se tenha por configurada a divergência jurisprudencial, o que não se verificou no presente caso. Se o tivesse feito, perceberia que os paradigmas apontados não se prestam à comprovação da divergência.

Ademais, quanto ao paradigma proveniente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, aplica-se o óbice da Súmula 13/STJ ("*A divergência entre julgados do mesmo tribunal não enseja recurso especial*").

Com relação ao AgRg no AREsp 172633/RJ, a questão de fundo sequer foi conhecida.

No tocante aos demais paradigmas, observa-se da leitura das ementas transcritas que os julgados se limitaram a reconhecer a responsabilidade civil estatal em virtude de ato omissivo, qual seja, falta de sinalização de trânsito em via pública, nada dispondo acerca do cabimento da denúncia da lide de município em ação de indenização ajuizada por vítima de acidente de trânsito.

Diante do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC, majoro os honorários advocatícios devidos à recorrida de R\$ 880,00 para R\$ 1.000,00.

Advirto que a apresentação de incidentes protelatórios poderá dar azo à aplicação de multa e que a concessão da justiça gratuita não afasta o dever do beneficiário pagá-la ao final (arts. 1.021, § 4º, c/c 98, § 4º, do CPC).

Intime-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO

Relator

